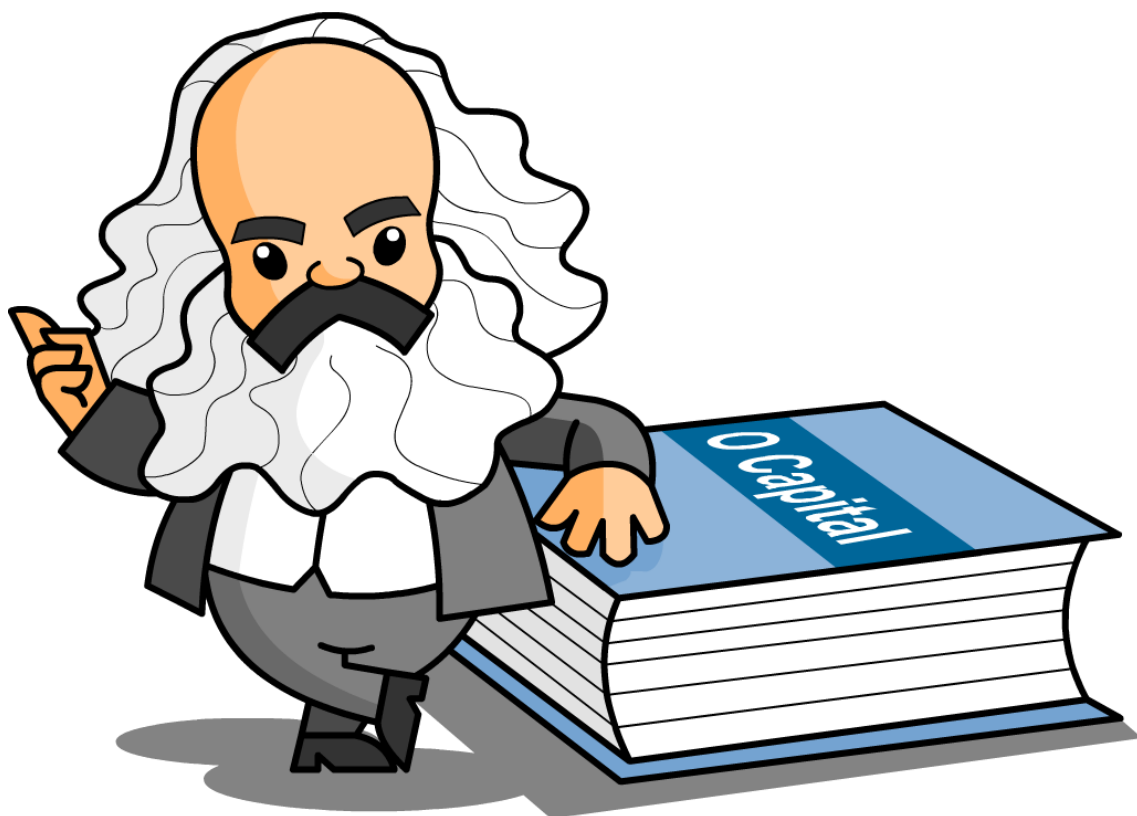


ECONOMIA POLÍTICA I

UNIDADE I

Da Mercadoria ao Valor, do Valor ao Dinheiro

(Excertos do capítulo I de *O Capital* por Carlos J. B. de Moraes)



1 – Introdução: o método da economia política

A produção de bens materiais aptos à satisfação das necessidades humanas é o alicerce de toda e qualquer formação socioeconômica. O desenvolvimento da base tecnológica produtiva conduziu ao aumento da produtividade e da produção de excedente. A crescente produção do excedente possibilitou o desenvolvimento de atividades econômicas não produtivas, como as comerciais. Concomitantemente ao desenvolvimento contínuo da base tecnológica das atividades produtivas de bens materiais e do consequente aumento da produtividade do trabalho, a evolução da humanidade é marcada, entre eventos de naturezas diversas, pelo aumento da produção de excedente e ampliação e diversificação de atividades não produtivas no âmbito das diferentes formações socioeconômicas que se sucederam ao longo do tempo. Cada uma com um modo particular de produção e apropriação do excedente. O aumento da produtividade na produção de bens materiais é condição indispensável para a produção crescente do excedente e, conseqüentemente, para o desenvolvimento e manutenção de atividades não produtivas.

Nesse sentido, a compreensão da economia ou da forma como a sociedade se organiza para suprir suas necessidades vitais deve ter como ponto de partida o estudo da produção de bens materiais e do excedente a ela associada. A investigação deve seguir analisando a forma como esse excedente é apropriado e distribuído na sociedade.

Como a produção e a distribuição de bens são realizadas continuamente a partir do estabelecimento de relações entre pessoas, para proceder com a construção sistemática do conhecimento, a economia política marxista tem como **objeto de estudo** todas as **relações sociais indispensáveis à produção e à distribuição da riqueza** (totalidade do produto do trabalho humano apto direta ou indiretamente à satisfação de necessidades) **na sociedade capitalista**.

A partir do estudo de cada relação social de produção estabelecida na sociedade capitalista foram elaboradas categorias (conceitos) associadas a

cada tipo de relação social de produção. O estudo conduziu a percepção da influência que certas categorias exercem sobre outras (por exemplo, a influência que a produtividade do trabalho exerce sobre o valor), expressadas por meio de leis teóricas (por exemplo, quando a produtividade do trabalho aumenta, o valor da mercadoria cai). As categorias e as leis teóricas são organizadas dentro de um sistema lógico denominado teoria.

O processo de investigação da economia capitalista conduziu, portanto, a elaboração de muitas categorias, leis e teorias. Concluída a investigação, segue a exposição dos resultados do estudo. Mas, por onde começar essa exposição? Qual deve ser o ponto de partida na elaboração do conhecimento quando se tem muitas informações (categorias, leis e teorias) obtidas a partir da investigação? Como que essas informações (ideias) devem ser organizadas de modo que se tornem uma totalidade cognitiva, ou seja, passível de compreensão?

A partir de seus estudos, Marx percebeu que, do emaranhado de relações estabelecidas entre as pessoas para a produção e a distribuição de bens na sociedade capitalista, a relação social mais importante é a estabelecida entre o capitalista e o trabalhador no âmbito da produção (industrial), uma vez que é através da mesma que o excedente produtivo é gerado e ampliado continuamente. Qual a natureza dessa relação? Trata-se de uma relação de troca: a capacidade de trabalho é trocada por certa quantidade de dinheiro (salário). Percebendo que a mesma tratava-se de uma relação de troca, metodologicamente Marx achou conveniente considerar primeiro o fenômeno geral da troca que se apresenta da seguinte forma: uma quantidade X de uma mercadoria A é trocada por uma quantidade Y de dinheiro. No entanto, em sua forma originária o fenômeno geral da troca assume a forma da troca direta: uma quantidade X de uma mercadoria A é trocada por uma quantidade Z de uma mercadoria B.

Considerando: 1) na sua forma originária e mais simples, a relação de troca era estabelecida diretamente: escambo e 2) tudo o que se destina habitualmente à troca é mercadoria. Então, a análise do fenômeno geral da troca pressupõe inicialmente a análise da relação de troca mais simples (escambo) e da mercadoria.

Chegamos, com isso, ao ponto de partida da Exposição das categorias da Economia Política Marxista: a análise da mercadoria e das relações de troca na sua forma mais pura ou simples - troca direta. A exposição segue uma sequência estabelecida a partir de uma ordem de importância ou hierarquia que as categorias têm no interior da sociedade capitalista, de modo que, após a análise do fenômeno geral da troca em sua forma originária, primeiro são contempladas as categorias associadas à produção e em seguida as associadas à distribuição.

2 – Da Mercadoria ao Valor

“Na sociedade capitalista, a riqueza “aparece como ‘uma imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 1985, p. 45). O que é uma mercadoria? Por que alguém adquire uma mercadoria? Porque sabe que a mesma irá satisfazer alguma necessidade sua. Assim, “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. (...) A utilidade de uma coisa (mercadoria) faz dela um **valor de uso**” (idem, p. 45). Essa utilidade é determinada pelas propriedades física, química e biológica do corpo da mercadoria. O corpo mesmo da mercadoria é um valor de uso ou bem. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo e constitui o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.

Mas, para que uma coisa possa receber a denominação de mercadoria, basta satisfazer necessidades humanas? Não! A imposição do termo está associada também a outra condição, qual seja: essa coisa deve ter por destino à troca. Tudo que se destina habitualmente à troca é mercadoria. E por ser habitualmente destinada à troca, a mercadoria é ou tem **valor de troca**. E as pessoas só a adquirem por meio da troca por saber que a mesma irá satisfazer uma necessidade sua. Assim, na sociedade capitalista o valor de uso é portador material do valor de troca. Portanto, **a mercadoria é unidade do valor de uso e do valor de troca**.

Ao observar a realidade presente é fácil perceber o modo como aparece o valor de troca da mercadoria: uma quantidade X de uma mercadoria

A é trocada por uma quantidade Y de dinheiro. No entanto, em sua forma originária o valor de troca aparece como “a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie.” (idem, p. 46). Nesses termos, o valor de troca pode ser representado por meio de uma equação em que dada quantidade X da mercadoria A é igualada a alguma quantidade Y da mercadoria B.

$$X \text{ MERCADORIA "A"} = Y \text{ MERCADORIA "B"}$$

ou

$$100 \text{ PÃES} = 2 \text{ CAMISAS}$$

Essa passagem do texto merece esclarecimento pois, ao descrever o valor de troca em sua forma originária, Marx remete-nos abstratamente (mentalmente) à origem das relações mercantis, para uma forma de organização socioeconômica que ele chamou de sociedade mercantil simples. Esta seria formada por produtores independentes de mercadorias organizados a partir de uma divisão social do trabalho, cuja realização plena de suas necessidades requer o estabelecimento sistemático de relações de troca direta. A consolidação histórica das primeiras sociedades mercantis pressupõe que essas condições descritas teoricamente tenham vigorado.

O ato da troca direta de mercadorias é estabelecido porque os produtores das mesmas, estando organizados conforme a divisão social do trabalho, são produtores especializados e vão ao mercado em busca de uma mercadoria cujo valor de uso seja diferente da mercadoria por ele produzida. O ato da troca pressupõe, portanto, que os produtores portem mercadorias diferentes.

Porém, o ato da troca ao **igualar** duas coisas (mercadorias) diferentes, indica que existe algo de comum ou igual entre elas. Nesse sentido, voltemos ao valor de troca expresso anteriormente por meio da seguinte equação: 100 PÃES = 2 CAMISAS. “Que diz essa equação? Que algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes. (...) Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que em si e para si não é nem uma nem outra. Cada uma das

duas, enquanto valor de troca, deve, portanto, ser redutível a essa terceira.”
(idem, p. 46)

O que há de comum ou igual entre as diferentes mercadorias? Metodologicamente, a resposta a esta questão não é dada diretamente, ou seja, primeiro se mostra o que há de diferente entre as mercadorias para, assim, mostrar o que há de comum ou igual entre ambas. Como foi visto anteriormente, o pressuposto para o estabelecimento da troca é que os produtores de mercadorias portem, no ato da troca, mercadorias qualitativamente diferentes, ou seja, mercadorias de valores de uso diferentes. Nesse sentido o valor de uso não consiste na resposta para aquela questão, devendo, por isso, ser abstraído (afastado) temporariamente da análise.

Descartado o valor de uso das mercadorias, resta a elas a característica de serem produtos do trabalho humano. Mas o que é trabalho humano? Esta nova questão é fundamental para prosseguir com a análise, na medida em que o trabalho humano pode ser considerado sob duas perspectivas diferentes. Ele pode ser considerado a partir de suas características técnicas determinadas por seu modo de operar, meios utilizados e resultado. Trata-se do trabalho concreto. Nesse sentido temos que o trabalho concreto do padeiro é diferente do trabalho concreto do alfaiate. Então, o trabalho concreto, à semelhança do valor de uso, não é o elemento comum às mercadorias pão e camisa, devendo, por isso, ser descartado da análise.

Em relação à segunda perspectiva que o trabalho humano pode ser considerado, trata-se do dispêndio de força física e mental. Antes de produzir o pão, o produtor o elabora mentalmente, na medida em que define previamente o tipo de pão a ser produzido, o tamanho, o sabor etc. Assim como no ato da produção propriamente dita, ele usa sua capacidade mental para medir corretamente e misturar os ingredientes necessários e prosseguir com as diferentes operações necessárias para produzir o pão. Associado a esse desgaste mental, o produtor se mune de instrumentos de trabalho, que consiste num prolongamento de seus instrumentos de trabalho naturais: mãos, braços, pés e pernas, cuja utilização requer um desgaste físico por parte do produtor. Esse desgaste mental e físico está presente também no trabalho do produtor de camisa. Ele é comum a todo e qualquer trabalho humano

independentemente da forma concreta como foi despendida. Trata-se do trabalho abstrato. Portanto, as mercadorias pão e camisa foram produtos do dispêndio de força física e mental humano ou foram produtos do trabalho abstrato.

Esse dispêndio de força física e mental pode ser medido pelo tempo de trabalho, ou seja, pelo tempo de duração do trabalho em hora, dia etc. Nesse sentido, se as mercadorias pão e camisa foram trocadas na proporção de 100 para 2 respectivamente, é porque foi necessário o mesmo tempo de dispêndio de força física e mental (trabalho abstrato) para a produção de ambas naquelas quantidades. Ou seja, para a produção de 100 pães se precisou de tanto trabalho humano abstrato quanto para a produção de 2 camisas. Trocou-se a mesma quantidade de trabalho abstrato por igual quantidade de trabalho abstrato. Assim, por terem sido produzidas no mesmo tempo de trabalho (abstrato), 100 pães e 2 camisas possuem em comum o mesmo valor.

Portanto, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho despendido durante sua produção. Porém, não é qualquer tempo de trabalho, mas tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais e com grau social médio de habilidade e de intensidade do trabalho. É apenas o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria o que determina a grandeza de seu valor.

O que há de comum entre duas mercadorias diferentes, que se revela na troca ou no valor de troca é o valor. Portanto, um valor de uso ou bem possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mercadorias que poder ser produzidas no mesmo tempo de trabalho socialmente necessário têm a mesma grandeza de valor ou o mesmo valor. Portanto, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra mercadoria, assim como o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da outra.

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para a sua produção. Porém, este muda com cada mudança na força produtiva do

trabalho. Esta força consiste nas condições materiais e humanas de produção, ou seja, no nível evolutivo dos instrumentos de trabalho, na forma de organização do trabalho e na habilidade do produtor em manusear aqueles instrumentos. Quanto maior a força produtiva do trabalho, ou seja, quanto melhores as condições materiais de produção e maior a habilidade do produtor, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de uma mercadoria, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria, tanto maior o seu valor.

No entanto, faz-se necessário fazer alguns esclarecimentos sobre as categorias expostas até aqui. Como a mercadoria aparece inicialmente como algo dúplice: valor de uso e valor de troca (valor), o trabalho humano que a gera apresenta também um duplo caráter: trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto expressa a eterna necessidade natural do intercâmbio entre o homem e a natureza. Por isso, independe de toda e qualquer forma social de produção. É determinado por seu modo de operar, meios utilizados e resultado. Seu produto é um valor de uso. Por isso, é um trabalho útil.

Quando os produtos dos trabalhos concretos se confrontam na troca como mercadorias, o trabalho humano assume uma qualidade social: trabalho abstrato. O trabalho abstrato passa a ser a forma de realização social do trabalho concreto. Sendo o trabalho abstrato resultado histórico de uma forma específica de organização da produção baseada na troca, ele não pode ser identificado exclusivamente como dispêndio fisiológico de energia (física e mental). Essa identificação retira da categoria as características histórico-sociais que assim a determinam como trabalho abstrato.

Portanto, devem ser refutadas interpretações que identifiquem o trabalho abstrato com trabalho em geral, e que remetem a pensá-lo exclusivamente ao nível fisiológico (trabalho abstrato como mero gasto de músculos e nervos), embora não possa haver trabalho abstrato sem dispêndio de energia física e mental. O dispêndio de energia física e mental é apenas um dos pressupostos do trabalho abstrato. O outro pressuposto do trabalho abstrato é o destino dado ao seu produto, qual seja: a troca.

O trabalho abstrato expressa as características da organização social do trabalho na sociedade mercantil-capitalista. É a propriedade adquirida pelo trabalho humano quando direcionado para a produção de um valor de uso destinado à troca, ou seja, para a produção de uma mercadoria.

Se trabalho abstrato é a propriedade adquirida pelo trabalho humano realizado para a produção de uma mercadoria, então, valor não é produto natural do trabalho, embora um valor de uso ou bem só adquira valor porque nele está materializado trabalho. Valor é produto das relações mercantis. Um produto do trabalho humano não adquire ou tem valor por ser apenas produto do trabalho, mas porque na sociedade ocorre intercâmbio mercantil: troca. Valor é expressão do trabalho abstrato (desgaste físico e mental para a produção de bens destinados à troca) ou expressão das relações mercantis de produção.

Valor não se expressa por si mesmo. Só pode se expressar (se manifestar ou se revelar) através da relação social de uma mercadoria com outra, ou seja, através do valor de troca. Assim, valor de troca nada mais é que a forma de expressão do valor ou forma de valor. O valor se expressa através da forma de valor.

3 – Do valor ao dinheiro: o desenvolvimento da forma de valor

Retornando ao valor de troca, enquanto forma de expressão do valor ou forma de valor, no item 3 do capítulo I d'O Capital, Marx passa a comprovar teoricamente a gênese da forma dinheiro. A preocupação é com os momentos teóricos fundamentais do desenvolvimento histórico da forma de valor que possam comprovar teoricamente a gênese da forma dinheiro como resultado do desenvolvimento histórico das relações mercantis desde a troca direta – escambo.

a) Forma Simples de Valor

Essa forma de valor corresponde à etapa embrionária das relações mercantis. Nessa etapa, o objetivo dos produtores é a produção de valores de uso e só eventualmente o excedente é convertido em mercadoria. Não há

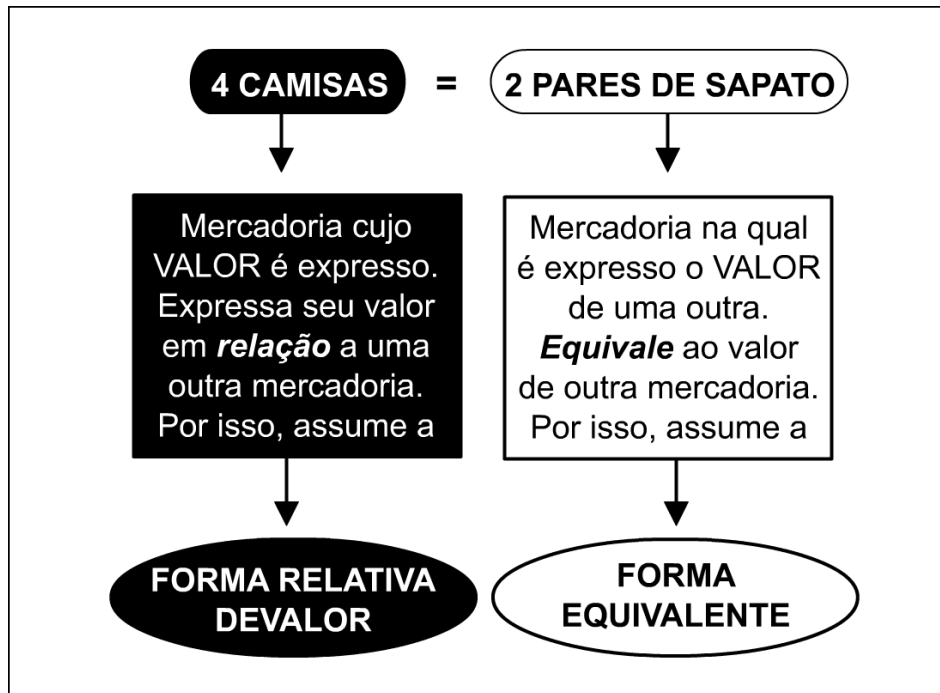
intercâmbio sistemático de mercadorias; sua ocorrência é fortuita. Por isso pode ser representada da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} X \text{ Mercadoria A} &= Y \text{ Mercadoria B} \\ \text{ou} \\ 4 \text{ CAMISAS} &= 2 \text{ PARES DE SAPATO} \end{aligned}$$

O que essa forma de valor nos diz? Que quatro camisas são iguais a dois pares de sapato ou que quatro camisas **valem** dois pares de sapato. Baseado na forma simples de valor acima, qual o valor de quatro camisas? Sabemos que o **valor** de uma mercadoria é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. No entanto, a forma de valor acima nos diz que quatro camisas valem dois pares de sapato e pressupõe que ambas as quantidades de mercadorias tenham sido produzidas no mesmo tempo de trabalho. Mas que tempo é esse? A expressão não informa. Por isso, **o valor de quatro camisas assumirá a aparência de dois pares de sapato**, pois 4 CAMISAS = 2 PARES DE SAPATO.

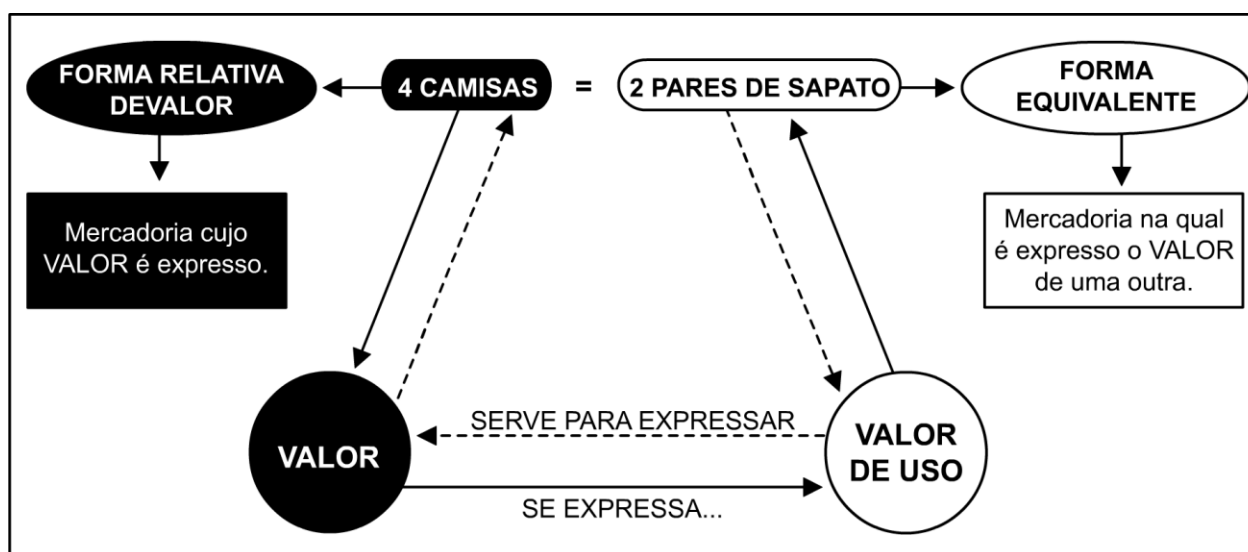
A expressão de valor 4 CAMISAS = 2 PARES DE SAPATO nos diz que:

- a) a mercadoria cujo valor está sendo expresso é o da mercadoria CAMISA, pois 4 CAMISAS valem 2 PARES DE SAPATO;
- b) a mercadoria CAMISA como não pode expressar seu valor por si mesma, expressa-o através da mercadoria SAPATO (lembre-se: uma mercadoria só pode expressar seu valor quando está em relação com uma outra na troca.);
- c) a mercadoria SAPATO serve de material de expressão do valor da mercadoria CAMISA, pois o valor desta assume a forma daquela;
- d) a mercadoria CAMISA expressa seu valor em relação à mercadoria SAPATO. Por isso, assume a FORMA RELATIVA DE VALOR;
- e) a mercadoria SAPATO serve de material para a mercadoria CAMISA expressar o seu valor e, por isso, equivale ao valor da mercadoria CAMISA, ou corresponde ao equivalente do valor da mercadoria CAMISA assumindo, assim, a FORMA EQUIVALENTE.



Considerando que as propriedades do corpo da mercadoria determinam sua utilidade ou seu valor de uso e, portanto, que o corpo da mercadoria é um valor de uso, uma observação mais minuciosa daquela expressão nos permite perceber que:

- O valor da mercadoria camisa é expresso no corpo (valor de uso) da mercadoria sapato.
- O VALOR de uma mercadoria é expresso no VALOR DE USO de outra mercadoria qualitativamente diferente.
- O VALOR DE USO (corpo material de uma mercadoria) torna-se forma de manifestação de VALOR.
- A mercadoria que assume a FORMA EQUIVALENTE torna-se capaz de expressar VALOR, representar VALOR por meio de sua forma física, por meio do seu VALOR DE USO.



Síntese:

- CAMISA: expressa seu valor em relação à outra mercadoria. Por isso, assume a FORMA RELATIVA.
- SAPATO: equivale ao valor de outra mercadoria. Por isso, assume a FORMA EQUIVALENTE.
- O VALOR de uma mercadoria é expresso no VALOR DE USO de outra mercadoria qualitativamente diferente.
- O VALOR DE USO torna-se forma de manifestação de VALOR.
- A mercadoria que assume a FORMA EQUIVALENTE torna-se capaz de expressar valor, representar valor por meio de sua forma física, por meio de seu VALOR DE USO.

b) Forma de Valor Total ou Desdobrada

Essa forma de valor corresponde a uma etapa mais evoluída das relações mercantis em que os produtos do trabalho passam a ser trocados habitualmente como consequência de um longo processo histórico de aprofundamento da divisão social do trabalho nas sociedades mercantis, tornando sistemática a troca direta de mercadorias. Os produtores produzem para o mercado, portanto, produzem valores de uso que possuem valores de troca: mercadoria. A quase totalidade da produção é convertida em mercadoria.

A forma de valor total é constituída a partir do desdobramento de várias formas simples de valor em que uma forma relativa se confronta com várias formas equivalentes.

4 CAMISAS = 2 PARES DE SAPATO

4 CAMISAS = 1 MESA

4 CAMISAS = 200 L LEITE

4 CAMISAS = etc.¹

A concretização de uma troca pressupõe que os produtores de diferentes mercadorias desejem o produto um do outro. Porém, a troca sistemática de mercadorias pode encontrar obstáculo relacionado à falta de coincidência de desejo entre os produtores. Por exemplo: supomos que um produtor de sapato deseja mesa. Para obtê-la, conduz parte de sua produção de sapato para o mercado. Chegando lá, deve procurar um produtor de mesa. No entanto, mesmo encontrando-o, a troca pode não se realizar caso o produtor de mesa não deseje sapato. A solução histórica para esse problema foi o surgimento da mercadoria equivalente geral.

c) Forma Geral de Valor

Essa forma corresponde à etapa do desenvolvimento das relações mercantis em que diferentes sociedades mercantis elegeram diferentes mercadorias para serem representantes dos valores de todas as outras mercadorias – equivalente geral. Formalmente, ela é representada pela inversão da forma de valor total ou desdobrada. Assim, temos:

2 PARES DE SAPATO = 4 CAMISAS

1 MESA = 4 CAMISAS

200 L LEITE = 4 CAMISAS

etc.¹ = 4 CAMISAS

¹ Demais mercadorias existentes na sociedade e qualitativamente diferentes de camisa.

Agora, várias formas relativas se confrontam com uma única forma equivalente. Por isso, equivalente geral. Nessa condição, a mercadoria que assume a forma equivalente geral torna-se representante dos valores de todas as outras mercadorias ou passa a servir de material para que todas as outras mercadorias existentes na sociedade diferentes dela possam expressar seus valores.

Com o surgimento histórico da mercadoria equivalente geral, o problema da falta de coincidência de desejo é solucionado, pois todos os produtores a aceitam, não por seu valor de uso propriamente dito, determinado por suas características físicas, químicas e biológicas capazes de satisfazer necessidades humanas, mas por sua capacidade, determinada socialmente, de representar valor. A mercadoria que assume a forma equivalente geral tem seu valor de uso convertido em valor de troca: serve para representar valor, expressar valor. Como equivalente geral, a mercadoria torna-se mercadoria-dinheiro, passa a funcionar como dinheiro.

d) Forma Dinheiro

O desenvolvimento - a expansão e o aperfeiçoamento - das relações mercantis conduziram diferentes sociedades mercantis a elegerem diferentes mercadorias como equivalente geral ou mercadoria-dinheiro (pele, osso, grãos de cacau, sal, conchas, boi etc.). A evolução das relações mercantis se procedeu com a aproximação dessas diferentes sociedades mercantis o que exigiu a eleição de um equivalente universal, comum a todas elas. É nesse processo que o ouro é convertido em matéria pecuniária (dinheiro) de uso universal.

A forma dinheiro surge historicamente quando o ouro, passando a funcionar em círculos mais estreitos ou mais extensos como equivalente geral, “conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias.” (MARX, p. 69). Nesses termos, a forma dinheiro não se diferencia da forma geral, a não ser que agora o ouro possui a forma de equivalente geral. Assim, temos:

4 CAMISAS = 1 libra de OURO
2 PARES DE SAPATO = 1 libra de OURO
1 MESA = 1 libra de OURO
200 L LEITE = 1 libra de OURO
etc.² = 1 libra de OURO

Possivelmente, características como durabilidade, divisibilidade e alto valor tenham contribuído para o ouro assumir essa posição. Como dinheiro, o ouro acaba tendo seu valor de uso transmutado em valor de troca, pois as pessoas passam a querê-lo especialmente enquanto poder de compra de outras mercadorias, enquanto meio de troca. O preço de uma mercadoria consiste, portanto, na expressão relativa simples do valor dessa mercadoria na mercadoria que já funciona como dinheiro (ouro), ou na expressão do valor da mercadoria no dinheiro, ou ainda na expressão monetária do valor da mercadoria.

Inicialmente, o ouro e a prata foram utilizados sob a forma de pequenas barras fundidas. Entretanto, isso dificultava a concretização das trocas, pois cada vez que se efetuava uma transação era preciso averiguar a qualidade e o peso das barras. Para evitar esse incômodo, os homens começaram a prover-se de barras aferidas previamente e cunhadas, o que garantia o peso e a qualidade do ouro. O valor da barra de ouro era medido em termos de peso e expresso em valor de face. Esta tarefa foi posteriormente açambarcada pelo Estado, que se atribuiu o direito exclusivo de cunhar dinheiro em forma de moedas.

Nesse princípio havia uma relação direta entre unidade monetária (denominação monetária) e seu peso, de modo que a barra de metal possuía exatamente o valor (dado em peso) correspondente ao esculpido em sua face. Havia uma relação direta entre o conteúdo real (peso) e o conteúdo nominal (valor esculpido na face) da moeda.

No entanto, o curso histórico das relações mercantis promoveu a dissociação entre o valor efetivo e o valor de face da moeda, de modo que a

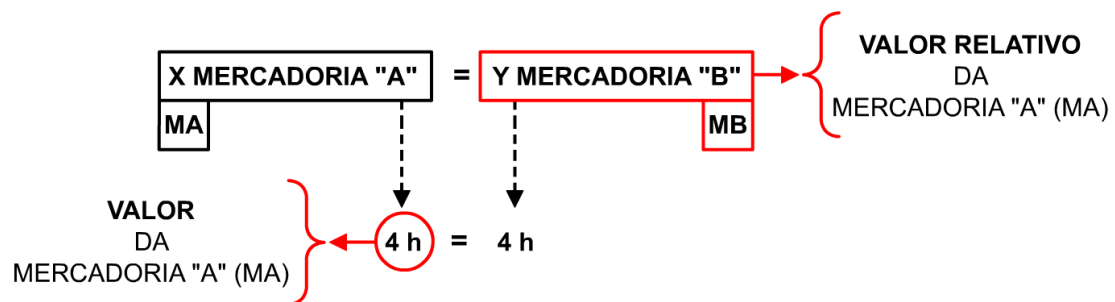
² Demais mercadorias existentes na sociedade e qualitativamente diferentes de camisa.

relação direta entre a unidade monetária e o peso vai deixando de existir gradativamente. Quando outras ligas metálicas passaram a ser empregadas na confecção da moeda, como o cobre, ela passou a circular pelo seu valor extrínseco, ou seja, seu valor considerado ou aceito socialmente correspondia ao valor gravado em sua face, independentemente do seu peso e do metal nela contido, o que abriu caminho para o advento do papel-moeda.

A origem da transição do metal para o papel-moeda remonta a esse processo de dissociação entre o valor efetivo da moeda e seu valor de face, este último se sobrepondo ao primeiro. Com a dissociação entre o valor efetivo da moeda e seu valor de face, coisas relativamente sem valor, como pedaços de papel, podem funcionar em seu lugar como moeda. Bilhetes de papel que levam impressos denominações monetárias podem funcionar como dinheiro. Historicamente, isso ocorreu quando surgiu o costume de guardarem-se as barras de ouro com os ourives (comerciantes de ouro e prata) que, como garantia, entregava um recibo que, posteriormente, passou a ser utilizado para efetuar pagamentos. A circulação dos recibos de mão em mão contribuiu para dar origem ao papel-moeda. Com o tempo, da mesma forma como ocorreu com as moedas, o Estado passou a conduzir a emissão de cédulas.

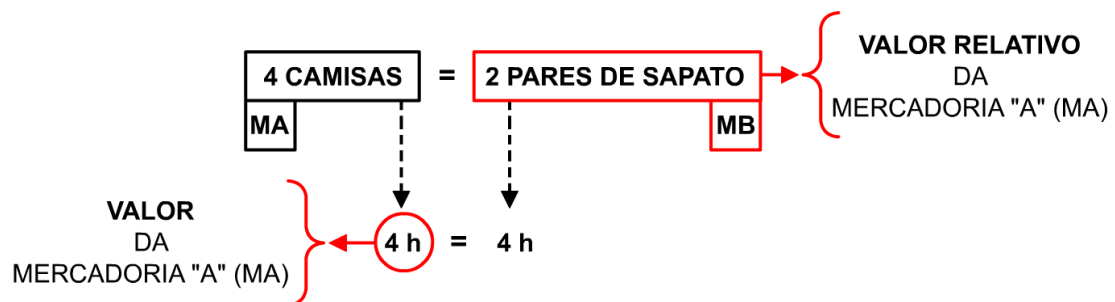
3.1 – Determinação quantitativa do valor relativo

Consideremos a forma simples de valor em que X da MERCADORIA “A” = Y da MERCADORIA “B” e supomos que essas mercadorias na proporção de X para Y tenham sido produzidas em 4 horas. Nessa forma, o VALOR da MERCADORIA “A” (4h) é expresso em relação à MERCADORIA “B” que, por isso, constitui o VALOR RELATIVO da MERCADORIA “A”. Vejamos o esquema abaixo:



O objetivo deste item é demonstrar como as mudanças na força produtiva do trabalho que gera as MERCADORIAS “A” e “B” podem causar alterações em seus VALORES e, conseqüentemente, na proporção em que as mesmas são trocadas e no VALOR RELATIVO da MERCADORIA “A”.

Para tanto, consideremos a forma simples de valor abaixo:

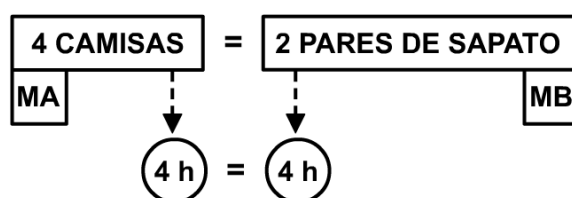


Esta forma simples de valor nos diz que 4 CAMISAS valem 2 PARES DE SAPATO e pressupõe que 2 PARES DE SAPATO contêm tanta substância de VALOR quanto 4 CAMISAS, isto é, que 4 CAMISAS e 2 PARES DE SAPATO tenham sido produzidas no mesmo tempo de trabalho socialmente necessário, qual seja, 4 horas. Assim, o VALOR da MERCADORIA CAMISA (4h) é expresso em relação à MERCADORIA SAPATO que, por isso, constitui o VALOR RELATIVO da MERCADORIA CAMISA.

Conforme visto anteriormente (último parágrafo da página 8), o valor de uma mercadoria é inversamente proporcional à força produtiva do trabalho, de modo que, se a força produtiva do trabalho aumenta, o valor da mercadoria cai; caso a primeira caia, o segundo aumenta. Então, conforme as alterações que a força produtiva do trabalho experimente, o valor de uma mercadoria ora pode

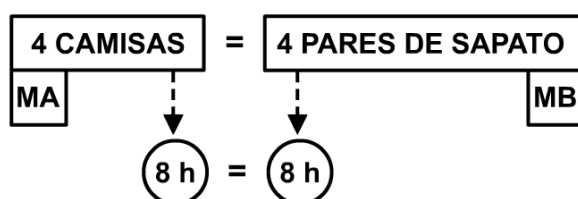
aumentar, ora pode cair. Além disso, as alterações nas forças produtivas não ocorrem simultaneamente nos diferentes setores de produção e, por isso, em determinados períodos pode-se registrar alterações nos valores de algumas mercadorias ao passo que de outras não.

Se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de 4 CAMISAS e 2 PARES DE SAPATO altera-se com cada alteração na força produtiva do trabalho (condições materiais e humanas em que o trabalho é executado), então alterações na força produtiva do trabalho que produz a CAMISA irão provocar mudanças no seu VALOR que contribuirá para alterar também o seu VALOR RELATIVO (seu valor expresso em termos da mercadoria sapato) e, portanto, a proporção em que ambas são trocadas. Assim como alterações na força produtiva do trabalho que gera os 2 PARES DE SAPATO resultará em mudanças no seu VALOR que influenciará no VALOR RELATIVO de 4 CAMISAS. Em síntese, alterações na força produtiva do trabalho provocam mudanças no VALOR, no VALOR RELATIVO e na proporção em que as mercadorias são trocadas. Examinemos essas alterações, estabelecendo como referência a forma simples de valor:



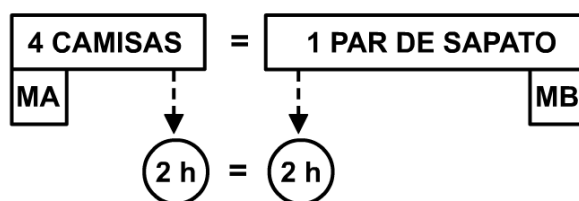
I – Que mude o VALOR da MERCADORIA “A” (MA), enquanto o VALOR da MERCADORIA “B” (MB) permanece constante.

I.1 – Se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de 4 CAMISAS dobrar, então o seu novo VALOR será igual a 8 horas. Com isso, altera-se a proporção em que as mercadorias são trocadas e, portanto, o VALOR RELATIVO da mercadoria CAMISA (MA).



Assim, se aumenta o VALOR da MERCADORIA “A”, aumenta seu VALOR RELATIVO.

I.2 – Se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de 4 CAMISAS reduzir à metade, seu VALOR será igual a 2 horas. Com isso, altera-se a proporção em que as mercadorias são trocadas e, portanto, o VALOR RELATIVO da MERCADORIA CAMISA (MA) para:

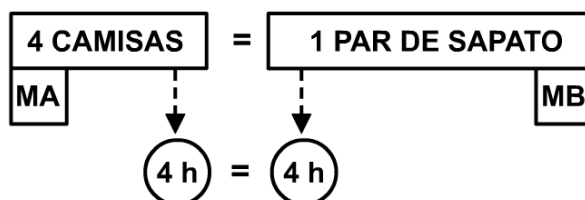


Assim, se cai o VALOR da MERCADORIA “A” (MA), cai seu VALOR RELATIVO.

Conclusão: Permanecendo constante o VALOR da MERCADORIA “B” (MB), o VALOR RELATIVO da MERCADORIA “A” (MA), isto é, seu valor expresso em termos da mercadoria “B”, se modifica diretamente com seu VALOR.

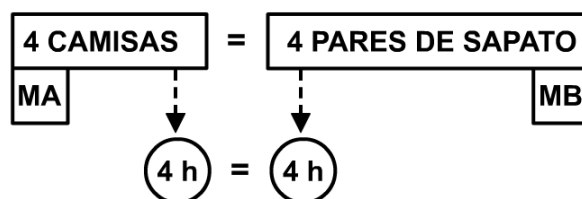
II – Que mude o VALOR da MERCADORIA “B” (MB), enquanto permanece constante o VALOR da MERCADORIA “A” (MA).

II.1 – Se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de 2 PARES DE SAPATO dobrar, seu novo VALOR será igual a 8 horas. Logo, o novo VALOR RELATIVO de 4 CAMISAS será:



Portanto, se sobe o VALOR da MERCADORIA “B” (MB), cai o VALOR RELATIVO da MERCADORIA “A” (MA).

II.2 – Se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de 2 PARES DE SAPATO cair à metade, seu novo VALOR será igual a 2 horas. Logo, o novo VALOR RELATIVO de 4 CAMISAS será:

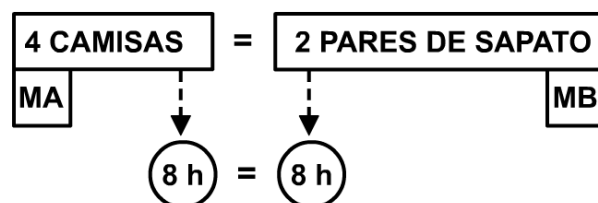


Portanto, se cai o VALOR da MERCADORIA “B” (MB), sobe o VALOR RELATIVO da MERCADORIA “A” (MA).

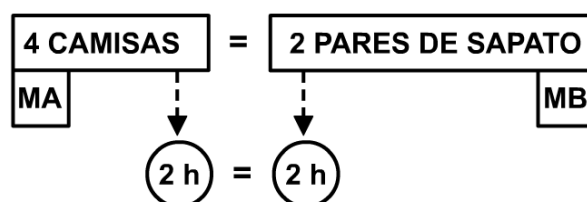
Conclusão: Permanecendo constante o VALOR da MERCADORIA “A” (MA), seu VALOR RELATIVO se modifica no sentido inverso à mudança do VALOR da MERCADORIA “B”.

III – Que os VALORES das MERCADORIAS “A” e “B” se modifiquem na mesma proporção e na mesma direção.

III.1 – Que os VALORES das MERCADORIAS “A” e “B” dobrem. Logo:



III.2 – Que os VALORES das MERCADORIAS “A” e “B” caiam à metade. Com isso:



Conclusão: Se os VALORES das MERCADORIAS “A” e “B” modificarem nas mesmas proporção e direção, o VALOR RELATIVO da MERCADORIA “A” (MA) permanece inalterado.

3.1 – Referência Bibliográfica

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política: Livro I. - 29ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011.